

**PÁG 2** Abraceel reforça à Aneel pedido de condições excepcionais para migração durante a pandemia

**PÁG 3** Abraceel lança “Atrasômetro do GSF”

**PÁG 4** Enerfin e Voltalia são as novas associadas da Abraceel

**PÁG 06** Associações apresentam ao MME propostas de consenso para a crise

**PÁG 9** Seção especial: Lives do Setor Elétrico

**PÁG 16** Abraceel explica: Sumário Regulatório

**PÁG 17** Curtas

**PÁG 19** Agenda Semanal



## Abraceel reforça à Aneel pedido de condições excepcionais para migração durante a pandemia

### Matéria em 1 minuto:

- Abraceel sugeriu que a migração seja feita com a medição atual e sem apresentar documentos de cartório, com o compromisso de regularizar a situação assim que possível;
- também foi enviada carta sobre o tema, que está disponível na área restrita do site da Abraceel;
- Sandoval demonstrou preocupação com o “problema do carona”, pediu o envio de casos concretos e se comprometeu a pautar o processo rapidamente.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia **08.05**, a Abraceel e a associada Comerc se reuniram com Elvira Stroschein, assessora de diretoria, e com o diretor Sandoval Feitosa, relator do processo interposto pela empresa, que discute a possibilidade de a Aneel autorizar, em caráter excepcional, flexibilizações normativas para a migração de consumidores durante a pandemia. A Comerc e a Abraceel relataram as dificuldades que estão paralisando o andamento da migração de consumidores, tanto para adequação do SMF com as distribuidoras, quanto para obtenção de documentos emitidos pelos cartórios para adesão à CCEE e abertura de conta no Bradesco. O relator entendeu o problema, que pode levar o consumidor a ser onerado com duas faturas enquanto não conseguir migrar, ampliando as dificuldades financeiras durante a crise.

Assim, a Abraceel reforçou o pleito da associada Comerc para que os consumidores que já denunciaram seus contratos cativos possam migrar com a medição atual e sem apresentar documentos de cartório, com o compromisso de fazê-los assim que possível. O diretor questionou a dimensão do problema, qual seria o montante de energia que estaria impedido de migrar e se a REN 878/2020, que estabelece medidas temporárias para as distribuidoras durante o período de emergência, estaria tendo algum impacto no processo. Tanto a Comerc como a Abraceel afirmaram que sim e reportaram que algumas distribuidoras estão utilizando suas prerrogativas de prestar apenas os serviços essenciais para justificar as dificuldades.

O diretor Sandoval questionou ainda se o estágio atual da migração impactaria no tipo de flexibilização, argumentando que casos em estágios mais iniciais talvez não demandassem uma ação urgente, de forma inclusive a não criar externalidades indesejáveis, como o eventual “problema do carona”, na qual empresas que não foram diligentes no processo de migração acabariam sendo beneficiadas. Por isso, pediu o detalhamento de casos concretos. Percebendo, todavia, que o problema demanda uma ação de caráter geral, a Abraceel enviou carta ao diretor reforçando que, além da Comerc, outras comercializadoras indicaram que há mais agentes impactados. **A carta está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção Cartas Abraceel.**



## Abraceel lança “Atrasômetro do GSF”

### Matéria em 1 minuto:

- hoje: 1836 dias sem solução para o GSF;
- prazo está sendo atualizado diariamente no site da Abraceel.



Tempo de leitura:

**3 minutos**

Para reforçar a urgência da solução da questão mais grave do setor elétrico, a Abraceel lançou na última quarta, **13.05**, o “Atrasômetro do GSF”, com a contagem dos dias desde que primeira liminar foi editada e nenhuma solução objetiva foi definida pelas autoridades (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A primeira liminar sobre a questão do GSF foi concedida há cinco anos, para atender a pedido de um agente de geração que envolvia a limitação, para essa empresa, do chamado risco hidrológico. Desde então, o setor elétrico sofre com as graves consequências advindas do travamento da liquidação na CCEE. Essa paralisia afeta a todos os agentes, eleva riscos, gera distorções e encarece o preço da energia elétrica.

O consumidor que não consome a energia na crise deixa de receber recursos que poderiam aliviar o seu caixa na crise financeira das empresas. Com a perda do sinal de preços, consumidores não têm incentivos para usar a energia de forma racional, situação que se agrava na pandemia.

Hoje, 15 de maio de 2020, lamentavelmente, completam-se 1.836 dias sem uma solução para esse grave problema, que trava o mercado de energia, coloca em risco a segurança do abastecimento, a competitividade do setor e pode ajudar a levar à falência muitas indústrias.

Acompanhe a contagem diária no nosso site e mídias sociais!





## Enerfin e Voltalia são as novas associadas da Abraceel

### Matéria em 1 minuto:

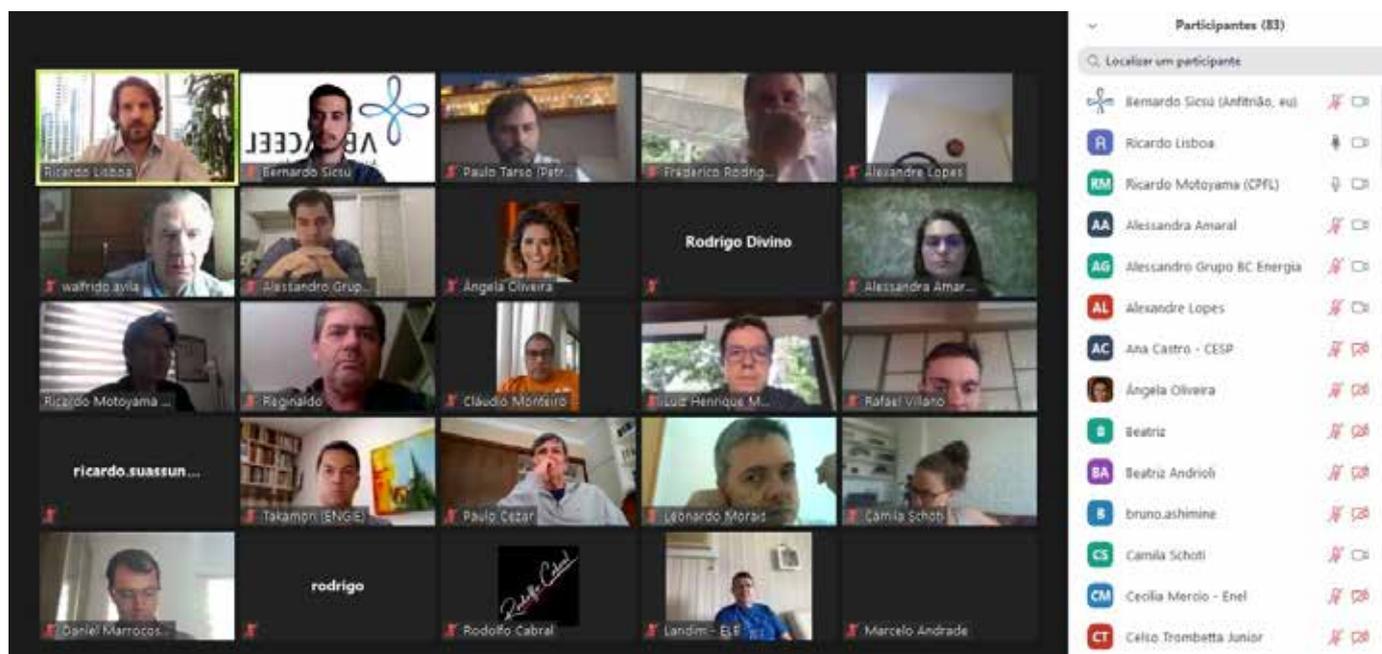
- Abraceel realiza pesquisa com associadas sobre atuação em meio à pandemia. Os resultados estão disponíveis no site;
- Conselho discute estudo da PSR sobre os efeitos da Covid-19;
- Calendário anual será revisto em razão das políticas de isolamento.



Tempo de leitura:  
**4 minutos**

Na quarta-feira, **13.05**, o Conselho de Administração da Abraceel realizou videoconferência, aberta aos associados. Presentes todos os componentes do colegiado e da Diretoria Executiva, também registraram participação 87 associados, para tratar da seguinte pauta:

1. visão do associado sobre a atuação da Abraceel na pandemia;
2. estudo conjunto com outras associações sobre ações no setor para superar os desafios da Pandemia;
3. aprovação de novas filiações; e
4. assuntos gerais.



Franqueada a palavra à diretoria pelo Presidente do Conselho, Ricardo Lisboa, o Vice-Presidente Frederico Rodrigues fez exposição sobre uma pesquisa telefônica realizada com associados, que objetivou colher sua visão sobre a atuação da Abraceel no período de isolamento social imposto pela pandemia (a apresentação está disponível na área restrita do associado, seção “Documentos Gerais”, no site Abraceel).

Na sequência, o Vice-Presidente Alexandre Lopes discorreu sobre o estudo encomendado à consultoria PSR.



O teor de sua fala está reproduzido na matéria *“Associações apresentam ao MME propostas de consenso para a crise”*.

Alexandre reafirmou que a proposta de consenso das associações foi entregue às autoridades em reuniões para tratar do tema e já foi enviada aos associados, estando disponível na área restrita do associado no nosso site. Na área restrita do site, seção “Documentos Gerais”, também disponibilizamos material de apoio elaborado pela PSR, com todas as alternativas que foram avaliadas pela consultoria, que, porém, não foram consenso entre as associações signatárias.

O terceiro item da pauta dizia respeito à proposta de adesão de duas novas associadas – Enerfin e Voltalia – que, cumpridas todas as formalidades foram aprovadas unanimemente pelo Conselho.

Na seção de assuntos gerais, os associados pediram informações sobre o andamento da tramitação da MP 950 e do PL do GSF no Congresso Nacional, tendo o Presidente Reginaldo Medeiros informado que nada prosperou, permanecendo os projetos em análise. A propósito, Reginaldo destacou que a Abraceel começou a publicar no site da Associação o “Atrasômetro” que mostra a quantidade de dias em que a questão do GSF atrapalha o setor elétrico, 1836 nesta sexta-feira, desde que foi concedida a primeira liminar sobre o tema, em **06.05.15**. A iniciativa foi aplaudida pelos presentes.

No assunto relacionado à campanha de ajuda aos hospitais da rede pública municipal de São Paulo, o associado Cláudio Monteiro conclamou a todos a perseverarem nas doações, mas ponderou que a repercussão da iniciativa da Abraceel na grande mídia não está à altura do montante já arrecadado, quase R\$ 4 milhões, sendo imprescindível melhor atuação de nossa assessoria de imprensa.

Ao final, Reginaldo confirmou realização de reuniões da área técnica com o MME, no próximo dia 15, sobre preço horário e com a CCEE no dia **25.05**, aberta aos associados. O Conselho decidiu manter a próxima reunião do colegiado para o dia **18.06**, com possibilidade de antecipar, caso se faça necessário. Sobre a reunião de planejamento anual, em outubro, o Conselheiro Rafael Mathias sugeriu começar-se a pensar em alternativas virtuais, caso não seja possível reunião presencial, ponderando que talvez seja necessária sistemática diferente. Mathias foi secundado por Alessandro Cunha, que sugeriu repensar-se toda a agenda do ano. A diretoria apresentará proposta ao Conselho na reunião do dia **18.06**.

Ao final, o Conselheiro Paulo Tarso lembrou a todos de atualizar os balanços patrimoniais e outras informações na área de segurança do mercado do site da Abraceel.



## Associações apresentam ao MME propostas de consenso para a crise

### Matéria em 1 minuto:

- O estudo apresenta uma avaliação qualitativa das propostas de consenso entre as associações;
  - o objetivo é contribuir com o governo e regulador na construção de soluções para a crise;
- a proposta consensual está disponível no site da Abraceel > Biblioteca > Estudos.



Tempo de leitura:  
**5 minutos**

O grupo de associações Abraceel, Apine, Abiape, Abradee, Abrace e Abracegel se reuniram, em **11.05**, com representantes do MME para apresentar o estudo elaborado pela consultoria PSR que contempla soluções de consenso entre as associações para os problemas setoriais originados com a pandemia. Participaram pelo MME o Secretário de Energia Elétrica, Rodrigo Limp, o Secretário-Adjunto de Planejamento, Hέλvio Guerra, a Chefe da Assessoria de Assuntos Regulatórios, Agnes Costa, além de diversos diretores e coordenadores do ministério. A Abraceel foi representada pelo presidente do Conselho, Ricardo Lisboa, e Reginaldo Medeiros e Alexandre Lopes pela Diretoria Executiva.

O estudo apresenta uma avaliação qualitativa das propostas de consenso entre as associações, e objetiva contribuir com o governo e regulador na construção de soluções para a crise. O trabalho tem foco na manutenção do fluxo de pagamentos do ACR e da cadeia do setor, além de formas de minimizar os impactos nas tarifas. No ACL, prevalece o princípio de respeito aos contratos, com negociação entre as partes conforme o caso, sempre respeitando o contrato.

Algumas soluções avaliadas pela PSR foram descartadas pela própria consultoria e outras pelas associações signatárias, e não fazem parte do relatório final apresentado às autoridades. Contudo, todas alternativas que foram avaliadas pela PSR estão em um documento completo que também foi disponibilizado aos associados, mas não representa a visão das associações (nem da Abraceel) e não está sendo divulgado externamente.

O estudo ressalta que a aplicação de uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) seria uma solução para a crise, com base nos contratos de concessão, mas que o momento é inoportuno para aumentos tarifários. O trabalho também aponta a possibilidade de aprimoramentos no MVE, por exemplo com a criação de produtos com maior prazo de contratos, e a necessidade de solução para o passivo do GSF, soluções que poderiam amenizar os impactos da crise no setor.

Para reduzir e equacionar os efeitos financeiros da pandemia sobre o fluxo de caixa das distribuidoras, o estudo da PSR apresenta três conjuntos de soluções:

- A. Injeção de recursos nas distribuidoras
- B. Propostas (opcionais) para deferimento de pagamentos pelas distribuidoras
- C. Propostas (opcionais) para ajuste de pagamentos na cadeia



O conjunto de soluções de consenso entre as associações está apresentado na tabela a seguir:

## Visão geral das novas propostas recomendadas em cada ferramenta

Propostas englobam as da PSR, da ANEEL e das Associações

(A) Injeção de recursos no segmento de distribuição 	(B) Diferimento dos pagamentos das distribuidoras 	(C) Ajuste de pagamentos na cadeia 
<ol style="list-style-type: none"> <li>Ações do Tesouro:           <ul style="list-style-type: none"> <li>Aportes na CDE;</li> <li>Antecipação do efeito de redução tarifária pela quitação da dívida de Itaipu, mediante aporte do Tesouro; e</li> <li>Utilização do caixa da Eletrobras para diferir o pagamento aos contratos do Proinfra.</li> </ul> </li> <li>Utilização do saldo disponível nas contas de encargos e fundos setoriais</li> <li>Financiamento da necessidade financeira remanescente do setor através da "Conta Covid".           <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação do impacto (até dez/2020) de itens que compõe ativo regulatório tarifário (câmbio Itaipu, CVAs parcela A, redução de mercado e inadimplência)</li> <li>Encargo Covid sem subsídio cruzado.</li> <li>Encargo permanece com consumidor que migra para o mercado livre ou autoprodução, incluindo geração distribuída.</li> </ul> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Negociação para diferimento de pagamentos de alguns geradores (exemplo: os que tem empréstimos com o BNDES, cuja amortização da dívida pode ser suspensa temporariamente).</li> <li>Diferimento do EUST ou EUSD pelas demandas verificadas.</li> <li>Negociações bilaterais entre distribuidoras e geradores para diferir pagamentos de contratos.</li> <li>Mecanismo centralizado, de participação voluntária dos geradores, para diferimento de pagamento de montantes contratados.</li> <li>Diferimento do pagamento da GAG melhorias por adesão</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Negociações bilaterais entre distribuidoras e geradores para reduzir temporariamente volumes de contratos.</li> <li>Mecanismo centralizado para redução de montantes contratados com geradores.</li> <li>Realização de Leilões A-3 e A-4 de Energia Existente com diferencial competitivo para geradores térmicos que ofertem redução (total ou parcial) dos contratos atuais, condicionada a vencerem o leilão.</li> <li>Flexibilização na aplicação de penalidades por ineficiência na contratação da MUST e relacionadas à qualidade do serviço de distribuição.</li> <li>Buscar redução estrutural de subsídios e encargos, respeitando direitos existentes.</li> <li>Reavaliar o lastro contratual dos Contratos de Cotas de Garantia Física</li> </ol>

É importante ressaltar que o conjunto das soluções 2 e 3 seriam sempre implementados de forma opcional para as contrapartes (geradores, transmissores, comercializadores, etc.) de forma a respeitar os contratos existentes e não elevar a percepção de riscos no setor elétrico.

A estratégia delineada prevê a implementação das medidas em até quatro fases:

- 1. Financiamento:** utilização de recursos de fundos setoriais, aportes do Tesouro Nacional e criação da Conta Covid para financiar os efeitos imediatos da crise no ambiente regulado;
- 2. Negociação:** propostas de soluções voluntárias buscando redução de custo financeiro e de sobrecontratação das distribuidoras, como a possibilidade de negociação (ou mecanismo centralizado voluntário) para a redução de contratos ou diferimento de pagamentos;
- 3. Medidas regulatórias:** desenvolvimento de mecanismos regulatórios voluntários que incentivem a substituição de contratos de energia existente no ACR e melhor alocação de recursos, como a revisão da garantia física das usinas em regime de cotas e a reavaliação de encargos; e
- 4. Novo financiamento:** ao final de 2020, seria avaliada a efetividade das ações desenvolvidas e a necessidade de eventual novo empréstimo ou a possibilidade de antecipar a



quitação do saldo do empréstimo inicial.

Durante as discussões, a Abraceel defendeu fortemente o respeito aos contratos no mercado livre, a isonomia entre ACR e ACL no repasse dos custos da conta Covid para os consumidores e a adoção exclusivamente de medidas negociadas, de adesão voluntária, para a redução de contratos no ACR.

Por fim, o estudo da PSR sinaliza para uma maior competitividade do mercado livre devido à redução de preços e a necessidade de dar continuidade ao projeto de modernização do setor, ampliação do mercado livre e a necessidade de revisão de encargos e subsídios e correta alocação de custos e riscos no setor elétrico.

**O estudo da PSR de consenso das associações e o material de apoio da PSR, que contempla também as demais alternativas avaliadas pela consultoria, estão disponíveis no site da Abraceel.**



## Seção especial: Lives do setor elétrico

**Live da Thymos: maneiras de superar a crise do Covid-19 e os desafios que ela impõe - e também as expectativas para a retomada de investimentos no setor de energia quando a pandemia acabar , no dia 12.05, às 15h.**

### **Participantes:**

- Francisco Carlos da Silva Júnior, diretor de programa da Secretaria Executiva do MME;
- Carla Primavera, superintendente de Energia do BNDES;
- Ítalo Freitas, CEO da AES Brasil;
- Xisto Vieira Filho, presidente da Abraget;
- Luiz Fernando Leone Vianna, CEO da Delta Energia Asset Management;

### **Moderador:**

- João Carlos, Presidente da Thymos Energia.

### **Decreto da Conta Covid**

Francisco Júnior afirmou que o Ministério ainda está conversando com os agentes do setor e bancos para conduzir e endereçar da melhor forma o decreto que definirá os ativos regulatórios usados como garantia na operação de empréstimo da Conta Covid. Enfatizou que o ministério está focado em dar condições para o setor continuar fazendo o que faz muito bem, ser um ambiente seguro para investimentos.

### **Agenda do Setor no Congresso**

Sobre os projetos em tramitação no Congresso, Francisco Júnior disse que o PLS 232/2015, o PL 1917/2015 (modernização do setor elétrico) e o PL 3975/2019 (GSF) fazem parte de uma estratégia para a economia do Brasil não esmorecer, sendo fundamentais para garantir a liquidez do mercado neste momento de crise. Os demais entrevistados concordaram com Francisco sobre a necessidade de aprovação dos projetos em tramitação.

### **Leilões A-4 e A-5**

Sobre a postergação do cronograma de leilões, Xisto Vieira afirmou que a associação estava muito otimista com a realização dos leilões A-4 e A-5, pois esses são indispensáveis para assegurar a confiança eletroenergética do sistema. Sugeriu que ambos sejam realizados até o primeiro trimestre de 2021. Francisco Júnior disse que até julho deverá ser apresentado o novo cronograma de leilões, inclusive o de transmissão, que também foi adiado.

### **Pós-crise**

Em seguida foi discutido como serão os investimentos no pós-crise. Luiz Fernando Vianna citou que a expectativa do setor este ano era muito grande em relação ao tema, assim como foi em 2019, com recorde de 912 transações de fusões e aquisições. Na sua visão, esperava-se que em 2020 as privatizações teriam avanço, especialmente a da Eletrobras, mas que dada as condições atuais, essa deve ocorrer somente no segundo trimestre de 2021. Ademais, além da Eletrobras, empresas de energias renováveis, es-



pecialmente solar e eólica, deverão ser os carros chefes das fusões e aquisições em 2021. Em relação ao mercado de gás, afirmou que as chances de abertura do mercado este ano são remotas, vide as incertezas trazidas pela crise do petróleo e o coronavírus. Entretanto, ressaltou que o mercado está sendo muito criativo em criar diversos mecanismos de funding.

Ao tratar do futuro do setor elétrico, os entrevistados abordaram a entrada do preço horário a partir de 2021 e o impacto que esse terá no sentido de trazer eficiência para o setor, visto que o consumidor passará a exigir um atendimento hora a hora. Ítalo Freitas disse que há duas visões no setor elétrico que precisam estar cada vez mais integradas: a estrutural e a mercadológica. Ressaltou também a importância da digitalização do setor. Ainda sobre o futuro do setor elétrico, Xisto Vieira entende que com o crescimento acentuado das renováveis na matriz energética brasileira é fundamental o fortalecimento dos serviços ancilares.

Finalizando a live, foi questionado à Carla Primavera o mecanismo de standstill, que é a possibilidade de os clientes suspenderem o pagamento de dívidas (principal + juros) com o banco durante seis meses, incorporando o valor não pago ao saldo devedor. A superintendente disse que a medida não é somente voltada ao setor elétrico, mas que acontece também em outros setores, ou seja, é de caráter transversal para o banco. Mais informações sobre as ações do BNDES estão disponíveis no canal da Abraceel no YouTube na Live realizada pela Abraceel com a superintendente Carla Primavera.

### **Live da Delta com CEOs para discutir os desafios do setor elétrico pós-pandemia no dia 13.05, às 14h30.**

#### **Participantes:**

- Wilson Ferreira – Presidente da Eletrobrás
- Marcos Soligo – Presidente da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica)
- Daniel Pimentel Slaviero – Diretor Presidente da Copel
- Reynaldo Passanezi Filho – CEO da Cemig
- Joao Carlos Mello – Presidente da Thymos Energia

#### **Moderadores:**

- Ricardo Lisboa – Sócio-fundador do Grupo Delta Energia
- Luiz Fernando Leone Vianna – CEO da Delta Energia Asset Management

#### **Sobrecontratação das distribuidoras**

João Carlos Mello, informou que a empresa apresentou estudo ao MME sobre o impacto da Covid-19 no elo distribuição do setor elétrico. Afirmou que a perda de caixa das distribuidoras, causado pela queda acentuada do consumo, amplifica o problema da sobrecontratação, que está atualmente em R\$ 15 bi, advindo somente da Covid-19. Ressaltou que a média de sobrecontratação está em 20%, mas que há distribuidoras do Nordeste que já alcançam a marca de 40%.

#### **Enfrentamento da crise e atitudes tomadas pelo governo**

Wilson Ferreira, afirmou que o governo tem trabalhado “24/7” com o objetivo de manter



a cadeia do setor intacta, especialmente em relação ao problema da sobrecontratação. Em sua visão, o enfrentamento da crise começa pela MP 950. Em seguida, afirmou acreditar que é necessário um grande projeto de infraestrutura para retomada de empregos e competitividade brasileira, quando deverá ser dada especial atenção às privatizações. Para o executivo, as privatizações que antes eram uma opção, hoje são quase uma obrigação. Os demais CEOs concordaram com a visão de Wilson para o enfrentamento da crise.

Adicionalmente, Daniel Slaviero acrescentou que estamos vivendo uma crise financeira e não uma crise do sistema, então se deve focar, após passar o momento crítico, em discutir as questões financeiras e posteriormente, econômicas. Ressaltou que sua maior preocupação é timing das decisões em relação à Conta Covid.

Os CEOs das empresas elogiaram bastante o governo na dedicação para resolver a crise e buscar um equilíbrio, protegendo o sistema e o consumidor. Afirmaram que todas as medidas tomadas são corretas e tempestivas, entre elas a MP 950 e a proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência em unidades consumidoras residenciais e em atividades consideradas essenciais, feita pela Aneel. Reforçaram também a urgente necessidade de passar um “pente fino” em todos os fundos setoriais e subsídios do setor. Finalizando o tema, acreditam que o PLS 232/2016 estará latente no “day after” da crise.

### **Respeito aos contratos**

Daniel Slaviero enfatizou que o respeito aos contratos é de fundamental importância neste momento, pois haverá um “day after” e a reputação das empresas do setor será avaliada pela postura que elas tomaram neste momento crítico. Relembrou o que vem sendo dito pelo ministro Bento com frequência, a necessidade de garantir a segurança, previsibilidade e governança, pois esses são os três pilares que resumem a credibilidade. Os CEOs concordaram com Daniel e reforçaram que a maneira como o setor tem agido em relação ao tema demonstra o amadurecimento do setor elétrico.

### **Expectativas para o futuro**

Luiz Fernando Vianna, abordou que o ONS divulgou estudo no qual é esperado queda de 5 GW na carga, com a perspectiva de se perpetuar até 2024. Em sua visão, há um pouco de pessimismo no número divulgado pelo Operador e acredita que a situação estará normalizada até 2022.

Sobre o preço da energia, afirmou que antes da Covid-19 a expectativa em relação ao PLD era alta, mas que com a queda do consumo e hidrologia, caiu pela metade, o que deve perdurar também até 2022. Reynaldo Filho, acredita que o preço será resultado da macroeconomia brasileira.

### **Abertura de mercado**

Vianna teceu elogios ao mercado livre e disse que esse, apesar da alta queda, tem conseguido gerenciar seus riscos sem necessitar de ajuda do governo. Questionou aos debatedores se acreditavam que o setor estaria em melhores condições se o mercado fosse todo aberto.



Foi consenso entre os executivos a opinião de que a abertura do mercado é necessária e inevitável ao setor e que o PLS 232/2016 deve ser aprovado o quanto antes pelo Congresso Nacional. Entretanto, acreditam que deve ser dado um passo de cada vez rumo à abertura total do mercado, visto que o setor precisa se modernizar como um todo. Para os executivos tratar da abertura do mercado com o atual arcabouço legal é delicado.

Em seguida, Vianna questionou como será o futuro das distribuidoras no cenário de modernização do setor elétrico. Wilson Ferreira afirmou que elas serão provedoras de fio e conexão, em uma estrutura pulverizada muito diferenciada e que a distribuição deverá mudar por completo o relacionamento com o consumidor. Reynaldo Filho reforçou que o mercado livre deverá pensar a forma de contratação e que, em sua visão, é muito mais inteligente a liberdade de contratação pelo consumidor do que a liberdade de contratação pela concessionária.

Todos concordaram que, apesar do tema ser complexo, o debate deve ser rumo à liberdade.

## **Live da Agenda Setorial para discutir o COVID-19 e os aspectos jurídicos dos contratos de energia nos ambientes livres e regulado**

### **Participantes:**

- Ricardo Lisboa, Sócio da Delta Energia e Presidente do Conselho da Abraceel
- Alessandro de Brito Cunha, CEO Grupo BC Energia e Conselheiro da Abraceel
- Julião Coelho, Sócio Julião Coelho Advocacia e Consultor Jurídico da Abraceel
- Andrew Storfer, Presidente da América Energia

### **Moderador:**

- Efrain Pereira da Cruz, Diretor da Aneel

Efrain Pereira, Diretor da Aneel e moderador do Webinar, realizou a abertura do evento fazendo um panorama da crise no setor, que apesar de se tratar de uma crise sanitária, é de caráter mundial e afeta todas as cadeias econômicas, inclusive o setor elétrico. O setor foi afetado pela redução da demanda, causando prejuízo ao equilíbrio do mercado livre e regulado.

### **Respeito aos contratos**

O respeito aos contratos firmados no ambiente de energia, foi o principal pleito defendido pelos debatedores, isso vale tanto para o ambiente livre quanto para o ambiente regulado, gerando assim segurança jurídica e equilíbrio ao setor, mitigando possíveis agravamentos.

Além disso, os debatedores destacaram que o diálogo entre os agentes e com as entidades governamentais, foi um dos aprendizados deixado pelas crises anteriores. Dessa maneira, com constante diálogo entre as partes, o mercado manteve o respeito aos contratos, e quando necessário foi sensível e realizou análise caso a caso para renegociação com os consumidores.



### **Cláusula de força maior**

Como disposto no parecer realizado para a Abraceel, Julião Coelho destacou que atual crise dificilmente se caracteriza como caso fortuito ou força maior para os agentes do setor, inclusive para o mercado regulado. Acredita-se que a solução da crise vem através do diálogo entre as partes, e com uma boa ação de política pública, como vem sendo realizado.

### **Ações da Abraceel na Pandemia**

Ricardo Lisboa, Presidente do Conselho da Abraceel, relatou que no início da crise o mercado estava receoso com as consequências que a crise poderia ocasionar no setor. Com isso, a Abraceel solicitou um parecer ao seu Consultor Jurídico, Julião Coelho, que explica os impactos do Covid-19 nos contratos de comercialização de energia. O parecer informou aos comercializadores as possíveis consequências do acionamento da cláusula de força a maior ou caso fortuito para o rompimento dos contratos, podendo assim ser utilizado como um fundamento jurídico nas renegociações.

Adicionalmente, a Abraceel tem realizado constantemente videoconferência com seus associados para discussões e troca de experiência sobre o atual cenário da crise no setor elétrico. Pois, como destacado por Ricardo Lisboa, a redução do consumo no ACL está em cerca de 20%, gerando um prejuízo de 5 bilhões ao mercado livre de energia.

### **Ações dos comercializadores**

Alessandro de Brito Cunha, Conselheiro da Abraceel, ponderou que em geral os comercializadores estão respeitando os contratos firmados, porém com um olhar sensível as situações de seus clientes afetados pelas medidas de contenção da crise, oferecendo assim as melhores condições e até mesmo renegociando seus contratos, com condições confortáveis aos seus clientes.

### **Comercialização no futuro**

Em seguida, foi discutido o que se espera que seja mudado no setor elétrico brasileiro em consequência pela crise enfrentada pelo Covid-19. Os debatedores acreditam que mudanças estruturais no setor serão realizadas, principalmente aquelas em discussão do PLS 232, gerando assim um mercado mais seguro para todas as cadeias constituintes. Já em relação aos contratos de comercialização, acredita-se que serão melhor analisados os riscos de crédito das contrapartes, alocando esses e demais riscos nas negociações dos contratos.

### **Pleito da Grande Indústria**

Por fim, o Diretor Efrain Pereira perguntou a visão dos debatedores sobre a solicitação feita pelas grandes indústrias à Aneel, a respeito do pagamento de seus contratos pela demanda medida e não pela contratada. Os debatedores defenderam novamente a importância do respeito aos contratos em toda a cadeia do setor elétrico, e tratamento isonômico entre os consumidores, com correta alocação de custo.

## **Live da XP Investimentos: Convergência do Setor Elétrico no enfrentamento à crise da COVID-19, dia 15.05, às 10h.**

### **Participantes:**

- André Pepitone (Aneel);
- Marisete Dadald (MME);
- Paulo Pedrosa (Abrace);
- Marcelo Madureira (Abradee)

### **Moderadores:**

- Leandro Salles Santos (XP)
- Beatriz Fortunato (Studio L)

### **Ações recentes**

André Pepitone destacou que o setor está na iminência de firmar primeira operação de mercado para fazer frente à crise de queda de receita, e a necessidade de reduzir a conta do consumidor. Enfatizou que a redução dos subsídios já começou a acontecer (rural e saneamento); que a abertura do mercado teve novo estímulo, com as datas já estabelecidas até 500 kW e houve a quitação da conta ACR.

Pepitone disse ainda que térmicas caras não terão os contratos renovados e que se estuda a antecipação do fim de seus contratos, a exemplo do já feito entre a Ceron e a UTE Termonorte II.

Marisete Dadald disse que o Congresso Nacional é essencial, posto que lá já tramitam os projetos PL 232, muito importante e o novo mercado de gás. Destacou que a modernização do setor para reduzir preços de energia inclui racionalização de subsídios.

### **Respeito aos contratos**

Todos enfatizaram a necessidade de se continuar a respeitar os contratos, sendo as eventuais negociações a melhor opção, a urgência na racionalização dos encargos, o caminho da negociação com o objetivo de preservar os consumidores.

### **Conta Covid**

Marisete Dadald informou que o Decreto regulamentar sairá em breve, provavelmente até o fim da próxima semana, e que não haverá dinheiro público, sendo os recursos da conta provenientes de pool de bancos.

Sobre o valor do empréstimo, afirmou que o valor será definido até a próxima terça-feira, **19.05**, pela Aneel, e que não será inferior a R\$ 10 bilhões. Contemplará montantes da parcela A e da parcela B em algumas distribuidoras. Perguntada, afirmou que o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras será avaliado posteriormente pela Aneel, não estando descartada a necessidade de realização de RTE.

Paulo Pedrosa afirmou que a conta covid deve ser “fit”, e pediu que o pagamento da



rede pelo valor medido deveria estar contemplado na conta.

Marcos Madureira destacou a redução do consumo, a perda de receita das distribuidoras e que a conta covid é fundamental, assim com a necessidade de se manter a rentabilidade das empresas.

### **Estudo das associações**

Paulo Pedrosa falou sobre estudo encomendado pelas associações à PSR, que já foi entregue às autoridades.

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS
<b>Pandemia Coronavírus</b>	(i) Parecer Jurídico Julião Coelho, (ii) Carta para Aneel e sugestão de resposta aos associados sobre notificação em CCEARs, (iii) Estudo PSR com associações setoriais, (iv) reuniões com Ministro, Secretário de Energia, Diretoria Aneel e outros, (v) análise das emendas da MP 950 e atuação no Congresso, (vi) reuniões do GT sobre contratos ACL e dificuldades na migração, (vii) apresentações internacionais: MontelNews e EssenzSoluções, (viii) atuação junto à Aneel e CCEE para flexibilização dos requisitos para migração, (ix) Lives com Julião, Pepitone, Limp e Carla Primavera, (x) participação em outras lives do setor, (xi) artigo no CanalEnergia, (xii) carta FASE de respeito aos contratos apoiada por 21 associações, (xiii) ações de mídia, (xiv) lançamento do Atrasômetro do GSF, (xv) Ação Social Abraceel e (xvi) Deputado Leo Moraes designado relator da MP 950	(i) Publicação do Decreto regulamentando a MP 950, (ii) definição dos relatores da MP 950 na Câmara e Senado, (iii) reunião com novo Conselho da CCEE no dia 25.05, aberta aos associados, (iv) realização do MVE Extraordinário no dia 26.05, e (v) intensificação das ações em andamento
<b>Preço Horário</b>	(i) Reunião do Grupo Técnico com CCEE, (ii) Cpamp define preço horário como pauta única e (iii) publicado reprocessamento dos decks de 2019	(i) Reuniões com MME, SRG/Aneel e Conselho CCEE e (ii) Encontros da CCEE
<b>Isonomia na conexão ACR/ACL</b>	Envio de minutas de contribuição aos associados sobre (i) CP n° 91 MME: critérios isonômicos no cálculo da margem de escoamento e (ii) CP n° 13 Aneel: prazos mais céleres para emissão do Parecer de Acesso	Envio das contribuições e ação junto ao MME e Aneel.
<b>Abertura de Mercado</b>	Elaboração do Termo de Referência para contratação do estudo da abertura do mercado < 500 kW	Cotação e contratação do estudo
<b>Governança do PLD</b>	Enviada Contribuição à CP n° 08 Aneel: Redecaração de inflexibilidade	Aguardando reuniões do Comitê Técnico PMO
<b>Segurança do Mercado</b>	Reunião com Diretor Efrain e Conselho da CCEE	Abertura de CP na Aneel sobre critérios de entrada, manutenção e saída de agentes (Aneel e CCEE sinalizam que discussão sobre chamada de margem deve ficar para segundo momento)
<b>Contratos financeiros</b>	Elaboração da Cartilha em parceria com a BBCE.	Conclusão e Divulgação da Cartilha.
<b>GÁS</b>		
<b>Abertura de Mercado</b>	(i) Reuniões com MME e ANP, (ii) apresentação BRG no GT-Abraceel, (iii) atuação via Fórum do Gás: Plano Mansueto, PL do Gás e acompanhamento das ações do TCC, (iv) Grupo Técnico define escopo do estudo sobre comercialização de gás	(i) Cotação e contratação do estudo, (ii) continuidade do Plano de Ação do Fórum do Gás
<b>Atuação nos Estados</b>	(i) Mercado de gás na Bahia: regulamentado pela Resolução n° 23 da Agerba; (ii) Mercado de Gás em Sergipe: PEC n° 02/20 aprovada pela Alese, (ii) Mercado de gás no Amazonas PL n° 153/20: enviada contribuição ao TCE/AM; Veto do governador ao PL; TCE/AM determina a ALEAM a derrubada do veto, (iv) Consolidação pelo Fórum do Gás do documento de "Diretrizes para Aprimoramento da Regulação Estadual".	(i) Publicação do Manual de Boas Práticas Regulatórias pelo CMGN e (ii) Plano de Ação estadual do Fórum do Gás.



## CURTAS

### Extensão do prazo para solicitar a postergação do início de vigência dos CUST

Geradores e consumidores relataram à Aneel dificuldades para manter o cronograma de implementação de suas plantas, com possíveis atrasos na entrada em operação, o que resultaria no não cumprimento das datas de início de vigência dos CUST celebrados. Dessa forma, a Aneel aprovou a extensão do prazo para os usuários solicitarem a postergação do início de execução dos CUST de 31.03 para **29.05**. Ainda, os termos aditivos devem ser celebrados com o ONS até o dia **08.06**, para que o Operador consiga processar as alterações para o ciclo tarifário 2020-21.

### Sefaz-Ceará: Interposto Embargo de Declaração

No dia **08.05**, a Abraceel realizou call com os advogados do Escritório Ganim e as empresas que ingressaram na ação judicial contra a Sefaz-Ceará. Na decisão proferida em 28.04, o desembargador extinguiu o mandado sem ter analisado o mérito da questão, julgando que não caberia a forma de um mandado de segurança. Os advogados destacaram que a decisão não é desfavorável nem definitiva, já que não enfrentou todos os pontos do mandado e se centrou na questão processual. A Sefaz, por

exemplo, apesar de ter sido intimada, não apresentou nenhuma manifestação no processo. Dessa forma, o Escritório, no dia **11.05**, interpôs recurso para que o mesmo desembargador analise novamente o processo. Caso esse também não prospere, ainda pode ser feito outro recurso, para que dois desembargadores analisem. **A Abraceel ressalta que é fundamental para o processo o acompanhamento das autuações recebidas pelos associados. Informações podem ser enviadas para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br)**

### Relatório ICMS

O relatório de alterações do ICMS referentes ao mês de abril, elaborado pelo escritório Julião Coelho, está disponível na área restrita do site da Abraceel, em "Documentos Gerais".

### Processamento Extraordinário do MVE

A CCEE informou, por meio do Comunicado nº 305/20, que realizará no dia **26.05** um processamento extraordinário do MVE, no qual serão ofertados produtos com vigência de seis meses, válidos a partir de **01.06**. Esse processamento, de caráter extraordinário, visa complementar as opções de enfrentamento às sobras contratuais das distribuidoras do ACR, sem prejuízo aos demais processamentos desse mecanismo previstos para junho e setembro deste ano. Os limites de venda das distribuidoras serão divulgados no dia **18.05**, agora majorados de 15% para 30%, nos termos do Despacho Aneel nº 936/2020. Para adaptação dos usuários ao sistema que será utilizado



para o processamento, será realizada simulação no dia **25.05**. Para mais informações acesse o site da CCEE.

## Backtest Dessem 2019

No dia **13.05**, o ONS e a CCEE publicaram os resultados do reprocessamento dos decks do CMO e PLD horário, referentes ao período de jan/2019 a jan/2020, com a utilização única da versão do modelo Dessem 19.0.5. Esse reprocessamento foi estabelecido no âmbito da análise das contribuições da Consulta Pública MME 71/2019, assegurando aos agentes mais de um ano de processamento sombra com os mesmos parâmetros. **Os decks e os resultados estão disponíveis no portal Sintegre do site do ONS e na área de preços do site da CCEE.**

## Revisão Extraordinária da Carga

No dia **15.05**, ONS, EPE e CCEE apresentaram em reunião virtual o comportamento da carga com a evolução da pandemia do coronavírus. Os estudos realizados embasaram o pleito conjunto das instituições para uma revisão extraordinária da carga, a partir do PMO de julho. Após a 1ª revisão quadrimestral, apresentada no final de março, houve uma deterioração das expectativas em razão dos dados da economia mundial e das dificuldades de implementação das medidas de ajuda financeira. Dessa forma, a projeção de crescimento do PIB em 2020 passou de 0% para uma redução de -5%. Para os anos entre 2021 e 2024, as projeções de PIB permaneceram as mesmas da 1ª revisão quadrimestral. Com isso, houve

um decréscimo nos valores da carga em todo o horizonte, sendo uma redução na carga de 1.383 MWmed em 2020 (-2,05%) em relação à projeção anterior. A próxima revisão quadrimestral está prevista para o PMO de setembro, porém houve uma sinalização de que outras revisões extraordinárias podem ser necessárias. A proposta foi referendada pela SRG em nota técnica e segue para deliberação da diretoria.

**Os documentos sobre o tema estão disponíveis na área restrita do associado.**

Projeção para 2020	Tx. Cresc. PIB (%)	Carga (MWmed)
Planejamento Anual 2020-2024	2,3	70.825
1ª Revisão Quadrimestral	0	67.249
Revisão Extraordinária	-5	65.866

## Pauta Aneel

Está na pauta da diretoria da Aneel da próxima terça-feira, **19.05**, o pleito dos consumidores do Grupo A de faturamento da demanda pelo valor medido, ao invés do contratado, durante o período da pandemia. O processo aguarda o voto do Diretor-Geral, que pediu vistas após os demais diretores terem votado contra o pleito. Também está na pauta o pedido de Medida Cautelar interposto pela Absolar com vistas à imediata suspensão de exigências técnicas para conexão de micro e minigeração distribuída, nos termos da seção 3.7 do Módulo 3 do Prodist.



## AGENDA SEMANAL

**18.05 - segunda-feira:** Diretoria Executiva participa, via plataforma online, da posse dos novos diretores do ONS, às 09h;

**20.05 - quarta-feira:** Diretoria Executiva participa de reunião com o superintendente de Regulação dos Serviços de Geração, Christiano Vieira, para discutir a implementação do preço horário, às 10h;

Bernardo Sicsú participa da 2ª reunião ordinária do Fórum do Gás, via plataforma online, às 15h.

**21.05 - quinta-feira:** Vice-presidência de energia participa do Encontro Preço Horário CCEE, às 09h30.